

## **DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PRESENTES NO ASSENTAMENTO RURAL RIO PARAÍSO – JATAÍ (GO)**

**Marybeth Faria Machado<sup>1</sup>**

**Dra. Adriana Pereira de Sousa<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Esse artigo tem como objetivos identificar as políticas públicas do assentamento rural Rio Paraíso, situado no município de Jataí, estado de Goiás; discorrer sobre os impactos que estas políticas causaram no desenvolvimento deste assentamento. O avanço do processo de modernização da agricultura promoveu transformações profundas no meio rural, inclusive nas suas formas de organização e representação de interesses. Seus efeitos se deram no sentido de promover uma maior diferenciação econômica e social. Na agricultura dos países mais desenvolvidos, esse fenômeno se apresentou, sobretudo, no século XIX; no Brasil esse processo se consolidou a partir da metade do século XX. Partiu-se da seguinte problemática: Quais são as políticas públicas presentes no assentamento rural Rio Paraíso, de Jataí? Essas políticas foram essenciais para o desenvolvimento deste assentamento? Os procedimentos metodológicos utilizados foram as pesquisas teórica e documental sobre a temática. O estudo mostrou que no município de Jataí, localizado no Sudoeste goiano, o Rio Paraíso é tido como assentamento modelo e ponto de referência, para outros assentamentos da região, o que pode ser comprovado por meio da produção de grãos da safra 2012/2013, que foi de 60 mil toneladas. Os produtores de leite investem em tecnologia como forma de garantir mais qualidade e produtividade na ordenha de seu rebanho leiteiro. Uma moradora do assentamento implantou um abatedouro de aves, para fornecer aves para escolas. A escola de Ensino Fundamental, mantida pela Prefeitura Municipal é tida como referência para o município. Portanto, as políticas públicas foram essenciais para o desenvolvimento do assentamento.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Assentamento rural. Agricultura.

### **INTRODUÇÃO**

Para desenvolver esse estudo optou-se pelo tema que envolve o desenvolvimento regional: uma análise das políticas públicas do assentamento rural Rio Paraíso – Jataí (GO).

O avanço do processo de modernização da agricultura promoveu transformações profundas no meio rural, inclusive nas suas formas de organização e representação de interesses. Seus efeitos se deram no sentido de promover uma maior diferenciação econômica

---

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais, da Universidade Estadual de Goiás. marybethfaria@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora orientadora do Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais, da Universidade Estadual de Goiás. adriueg@hotmail.com

e social. Na agricultura dos países mais desenvolvidos, esse fenômeno se apresentou, sobretudo, no século XIX. Partiu-se da seguinte problemática: Quais são as políticas públicas presentes no assentamento rural Rio Paraíso, situado no município de Jataí? Essas políticas foram essenciais para o desenvolvimento deste assentamento?

A problemática do meio rural brasileiro existe desde os tempos da colonização. As desigualdades na distribuição de terras favoreceram o latifúndio, que sempre prevaleceu no país. Nessa direção, o século XIX foi marcado por momentos históricos relevantes como a Independência, a Abolição da Escravatura e a República, mas não se pode dizer que o mesmo ocorreu no que tange à distribuição da terra; essa permanecia como “um negócio” limitado a poucos, e que mesmo com a libertação dos escravos, não significava a libertação da pobreza e exclusão social.

Nas últimas quatro décadas, a reforma agrária tem sido intensamente debatida, em geral, com polarização das opiniões por parte do governo e dos movimentos sociais. Paralelamente, estão sendo publicados vários estudos sobre o tema, realizados por pesquisadores de diferentes instituições, com o objetivo de se fazer um balanço da reforma agrária no país.

Para tanto, realizou-se um estudo de caso no assentamento rural no Rio Paraíso, situado na cidade de Jataí, no estado de Goiás, partindo da hipótese de que o capital poderá oferecer condições para que os camponeses possam se inserir no processo produtivo, tornando-se um elo na cadeia agroindustrial, e não apenas um meio de produção apropriado pelo capitalista.

Este estudo apontou a necessidade de estabelecer uma relação entre o resultado econômico/produtivista dos projetos de assentamentos rurais, uma vez que sua eficiência estritamente econômica poderia ser “mascarada” se seu desempenho fosse comparado com o dos empresários rurais. Portanto, torna-se necessária a explicitação dos impactos social, econômico e político que o assentamento rural provocou na região.

Tendo em vista a realidade encontrada no município goiano de Jataí, objetiva em termos específicos: 1) identificar as políticas públicas do assentamento rural Rio Paraíso, situado no município de Jataí (GO); 2) discorrer sobre o processo de ocupação da área de estudo e sobre os impactos que as políticas públicas causaram no desenvolvimento deste assentamento.

Ficaram estabelecidos como recorte temporal os acontecimentos na região pós 1984, período no qual se iniciou na região a problemática escolhida para estudo, ou seja, a

implantação do assentamento rural Rio Paraíso. Como recorte espacial ficou escolhido o sudoeste de Goiás, com foco mais centrado nas dinâmicas que ocorreram a partir da implantação do assentamento Rio Paraíso e suas configurações territoriais.

Com o intuito de perceber os processos que marcaram a transformação da paisagem em Jataí mediante a implantação do assentamento Rio Paraíso, utiliza-se dos procedimentos metodológicos: a) Pesquisa Teórica e b) Pesquisa Documental.

Na Pesquisa Teórica busca subsídio teórico-conceitual para discutir os processos de transformação da reforma agrária, da ocupação da região de Cerrado e do assentamento Rio Paraíso em: Silva (1980), Freitas (2005), Quinteiro (2003), Strazzacappa e Montanari (1999), Matos (2007), Santos (2005 e 2008) entre outros. Já a Pesquisa Documental refere-se ao levantamento de informações e dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB).

Trata-se de uma tentativa de compreender um pouco do significado dos assentamentos rurais no contexto social, político e econômico dos municípios, tendo como unidade de estudo um município, cuja realidade se mostra polarizada entre uma agricultura empresarial e um alto índice de conflitos fundiários e de assentamentos rurais. Portanto, o presente texto almeja abordar a implantação do assentamento rural Rio Paraíso, suas políticas públicas e as configurações territoriais, na região sudoeste goiana, especificamente no município de Jataí.

## CONHECENDO JATAÍ/GOIÁS

Jataí tem 121 anos de emancipação política, é um município brasileiro do interior do estado de Goiás, Região Centro-Oeste do país, integra a Microrregião Sudoeste e Mesorregião Sul Goiano (IBGE, 2008) – Figura 1. Conta com uma população de 94.890 habitantes, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

**Figura 1:** Localização do Município de Jataí em Goiás (2008).



**Fonte:** IBGE (2008).

A história de Jataí, como a de todo o sudoeste goiano, constitui a última fase de expansão do gado, que, vindo da zona leste do Brasil, através do rio São Francisco, tomou conta de Minas Gerais e veio até Goiás e Mato Grosso. Em setembro de 1836, o mineiro José Manoel Vilela procedente de Espírito Santo dos Coqueiros, município de Lavras do Funil, hoje cidade de Coqueiral, estado de Minas Gerais, entrou pelo leste através de Rio Verde, nos sertões do sudoeste goiano, fundando uma fazenda de criação de gado às margens do Rio Claro. Foi o primeiro núcleo de povoação que, com terreno doado por Francisco Joaquim Vilela e sua mulher Genoveva Maximina Vilela, tomou o nome de Paraíso (IMB, 2016).

Em 1864, o Presidente da Província de Goiás elevou à Freguesia a capela do Divino Espírito Santo de Jataí, criando-se assim o Distrito de Paraíso de Jataí. Em 9 de julho de 1867, foi lançada a pedra fundamental da Igreja, pelo Padre Antônio Marques Santarém. O distrito foi criado pela Resolução Provincial nº 362, de 17 de agosto de 1864. A Resolução Provincial nº 668, de 29 de julho de 1882, criou o Município de Paraíso com sede na Freguesia de Jataí e território desmembrado do de Rio Verde. Verificou-se a instalação em 2 de fevereiro de 1885. A Sede Municipal foi elevada à categoria de cidade, por força da Lei Estadual nº 56, de 31 de maio de 1895. Devem, dentre outras, ser inserida como marco da história local, o comício de 4 de abril de 1955, no qual o candidato a presidente, Juscelino Kubitschek, anunciou a sua candidatura a presidente da República e prometeu transferir a Capital Federal para o Planalto Central, por isso Jataí foi consagrada como cidade-mãe da Capital Federal (IMB, 2016).

Jataí localiza-se a uma latitude: 17° 52' 53" S e uma longitude: 51° 42' 52" W. Possui uma área de 7.197,1 km<sup>2</sup>. Os principais rios do município são Claro, Doce, Verde, Paraíso, Campo Belo, Felicidade ou Ponte de Pedra, Córrego Jataí, Rio Ariranha, Bonsucesso, entre outros. Os municípios limítrofes são. A distância até a capital Goiânia é de 327 km (IBGE, 2008). Com território localizado no Planalto Meridional, o relevo apresenta-se plano a suavemente ondulado, destacando certas elevações como Serra do Cafezal, Serra do Rio Verde e Serra do Caiapó e com a presença de formas tabulares em superfícies dissecadas a leste e nordeste. As altitudes do Município variam de 700 a 1100 metros (IBGE, 2008).

Situa-se no sudoeste de Goiás, sendo considerada a capital da produção de grãos e leite de Goiás e o maior produtor nacional de milho. Os municípios com maiores produções de milho em 2011 foram Jataí (GO), com 918 mil toneladas, Sorriso (MT), com 889,8 mil toneladas e Rio Verde (GO), com 667,2 mil toneladas. Em 2013, os principais produtos de Jataí em toneladas foram: cana-de-açúcar com 1.300.000 toneladas; milho com 1.221.000

toneladas; soja com 863.100 toneladas; sorgo com 70.000 toneladas e feijão com 19.200 toneladas (IBGE, 2013). O Produto Interno Bruto (PIB) do município foi de R\$ 3.270.318 mil e o PIB *per capita*, R\$ 34.880,04 em 2013 (IBGE, 2013).

## **ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ASSENTAMENTO RIO PARAÍSO**

A questão do meio rural brasileiro existe desde os tempos da colonização. As desigualdades na distribuição de terras favoreceram o latifúndio, que sempre prevaleceu no país. Quanto ao setor rural e suas desigualdades, de acordo com Guedes Pinto:

[...] partimos do pressuposto que o latifúndio não é e nem nunca foi exceção no nosso país, mas, ao contrário, desde o momento em que nos tornamos colônia de Portugal prevaleceu em nossa estrutura fundiária as grandes propriedades. No início do período colonial eram as sesmarias, grandes extensões de terra divididas aos colonos, firmadas na monocultura escravista. Atravessando séculos, o latifúndio foi se firmando e emperrando um crescimento mais equitativo do país. Com o advento da Independência, em 1822, teve-se um momento de ausência de legislação agrária que regulamentasse a posse da terra, permitindo assim que alguns homens livres passassem a ocupar pequenas áreas de terras devolutas o que ocorreu até fins da década de 1840. Entretanto, vale ressaltar que esta atividade, na verdade, não chegou a alterar a estrutura fundiária do país (latifúndio monocultor), que despontava a partir de então com o cultivo de café. E com a Lei de Terras de 1850, só se afirmava, mais uma vez, a restrição e concentração fundiária, já que as terras só poderiam ser vendidas em leilões públicos, limitando o acesso à elite brasileira (GUEDES PINTO apud FREITAS, 2005, p. 10).

Assentamento rural, segundo Strazzacappa e Montanari (1999, p. 39), “é a denominação genérica de uma instalação ou estabelecimento de pessoas que se beneficiam com a reforma agrária, em áreas desapropriadas pelo Estado”. De acordo com o tamanho da área disponível em um assentamento, inúmeras famílias podem ser instaladas, “em caráter provisório ou definitivo. O assentamento definitivo somente se configura com a concessão do certificado de propriedade”. O assentamento rural Rio Paraíso situa-se no município de Jataí (GO), próximo à BR 060, distante 30 km da cidade. Abrange uma extensão de aproximadamente 5.600 hectares, divididos em 176 lotes, com média de 30 hectares cada um.

No Brasil, o processo de modernização se desdobra nos meados da década de 1950 e início de 1960, quando se intensifica o envolvimento popular frente aos problemas e as questões rurais se tornam mais significativas para o país. Dentre essas questões, destaca-se o avanço da luta em defesa do setor rural, como, por exemplo, pela reforma agrária, e as Ligas Camponesas, principalmente no Nordeste, que significaram a preocupação e a revolta dos camponeses com a situação na qual viveram, pois nesse período, o setor agrícola se

encontrava à margem da política governamental<sup>1</sup> (SILVA, 1980).

Os efeitos desse processo promoveram uma maior diferenciação econômica e social no território brasileiro, devido à exclusão dos pequenos produtores. A partir de meados da década de 1960, de acordo com Silva (1980), a inserção de capital no setor rural brasileiro, não foi um fator apenas de melhoria possibilitando avanço tecnológico, incentivo à pesquisa e insumos modernos, como, por exemplo, anunciava o governo. Ao contrário, essa capitalização agravou os problemas no setor rural, pois as políticas públicas, a partir de então, destinavam-se especialmente às grandes fazendas transformadas em empresas rurais para atender ao mercado externo e à produção agroindustrial.

As consequências disso, conforme aponta Silva (1980), foram a pauperização do homem do campo, conflitos pela posse da terra, êxodo rural, marginalização do pequeno proprietário e do trabalhador rural, devido à impossibilidade de se garantir um lugar no mercado, seja como comerciante, seja como mão-de-obra.

Em outro viés, conforme Santos (2005, p. 19), “a história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões”. O fenômeno da urbanização ganha impulso significativo no Brasil, a partir de algumas transformações na sua configuração espacial, em função da modernização do território ou mesmo da instalação e expansão dos “sistemas de engenharia” (SANTOS, 2005) no território nacional. Quanto à ocupação,

[...] as áreas de Cerrado permaneceram, até meados do século XX, com certa desvalorização econômica, ocorrida, sobretudo pela ausência de *fixos* e *fluxos*. Com a inserção de inovações técnico-científicas no processo produtivo agrícola, bem como as políticas agrícolas implantadas pelo Estado, o Cerrado adquire nova valoração, especificamente no Centro-Oeste, a partir da década de 1970. [...] foi a expansão da fronteira agrícola que dinamizou o seu desenvolvimento, pois a implementação de políticas agrícolas e a criação de programas redundaram na melhoria das infraestruturas e criaram condições para a expansão da agricultura moderna (MATOS, 2007, p. 97).

Entretanto, no princípio da década de 1980, apesar dos sucessivos diagnósticos realizados a respeito da dinâmica da modernização da agricultura brasileira, como elemento indicativo de que a questão agrária no Brasil estaria superada, tiveram início os acampamentos e as ocupações de terra no Sul do país, trazendo à cena novas formas de ação

---

<sup>1</sup> Como o Governo privilegiava naquele momento (1955/1961) a expansão e a industrialização urbana, não havia incentivos maiores para a expansão de produção no meio rural, isto é, não houve uma transformação nas relações de trabalho e de produção no meio rural – como financiamentos, assistência técnica, política de auxílio ao trabalhador rural – que pudessem, de fato, resolver as questões rurais (SILVA, 1980, p. 55).

política e, ao mesmo tempo, desafiando a postura dos governos militares e colocando em questão as práticas sindicais.

A partir desse contexto, “os estudos sobre o campesinato brasileiro têm despertado várias discussões. Entre os motivos que levam os camponeses a serem objeto de estudos pode-se destacar a sua transformação em um trabalhador para o capital, sem torná-lo um assalariado” (OLIVEIRA, 1995, p. 11). Ainda de acordo com Oliveira (1995), a lógica da expansão das relações capitalistas de produção é, segundo a corrente marxista, retirar dos trabalhadores os seus meios de produção, assalariá-los e, com isto, extrair-lhes a mais-valia.

Neste sentido, é importante uma análise dos mecanismos de subordinação da produção camponesa para o entendimento das metamorfoses, que sofrem os camponeses sob os efeitos do capital. Capitalistas, segundo Oliveira,

[...] são todos aqueles que, possuidores de capital, o destinam à produção. Na agricultura, adquirem terras e outros meios de produção e contratam trabalhadores para trabalharem para eles em troca de um salário. No capitalismo, o trabalhador não é dono, nem pode dispor do produto de seu trabalho. Ele, em troca da cessão da sua força de trabalho, recebe uma quantia em dinheiro, o salário. Enquanto na parceria, por exemplo, ele é proprietário de parte da produção, podendo dispor dela da forma que deseja e evidentemente não recebe dinheiro algum pelo seu trabalho dispendido para produzir a parte da produção que fica com o proprietário da terra (OLIVEIRA, 2002, p. 49).

Os últimos períodos da história da humanidade, principalmente o século XX, foi palco de grandes mudanças no nível econômico da população mundial, como a acelerada produção e a aquisição e substituição de bens de consumo. Foi nesse contexto que a população migrou do campo para as cidades e enalteceu-se o progresso industrial. Parte da formação territorial e do processo de urbanização no Brasil tem como base a produção agrícola. Tem-se no Brasil, a partir da década de 1960, uma reestruturação em sua base produtiva, com um novo modelo de cultivo viabilizado pela consolidação da modernização agrícola. Esse procedimento foi subsidiado e financiado pelo Estado, por meio de políticas agrícolas, com escopo de modernizar algumas áreas do campo brasileiro, no sentido de determinar culturas de demanda mundial que fossem capazes de gerar divisas para a balança comercial.

Cabe dizer que, com o avanço do processo de modernização da agricultura, consubstanciada em elementos da ciência, técnica, tecnologia e do mercado global, promoveu transformações profundas no meio rural, inclusive nas suas formas de organização e representação de interesses (SANTOS, 2008). Com a modernização dos processos produtivos,

é necessário pensar no espaço agrário do Cerrado, e mais especificamente do estado de Goiás, o qual passou por modificações expressivas, depois da década de 1970.

As instituições possuem uma função muito importante nas sociedades, e em particular as sociedades em desenvolvimento: determinar as possibilidades e formas em que podem acontecer tanto a cooperação quanto o conflito.

Souza (2006) foi um dos autores que entendeu de maneira mais clara o papel da cooperação e do conflito na sociedade moderna. Para Souza (2006), embora a sociedade seja um empreendimento cooperativo que visa ao benefício mútuo, está marcada por um conflito, bem como uma identidade, de interesses. Há identidade de interesses porque a cooperação social torna possível uma vida melhor para todos do que qualquer um teria se dependesse apenas dos próprios esforços. Há conflito de interesses, pois ninguém é indiferente no que se refere a como são distribuídos os benefícios maiores produzidos por sua colaboração, pois, para atingir seus fins, cada um prefere uma parcela maior a uma parcela menor.

Trata-se, dessa forma, de uma permanente tensão entre os ganhos de cooperação e o conflito na disputa pela apropriação desses ganhos. As instituições podem ser os instrumentos de mudança que permitem aos indivíduos e grupos sociais mudarem a forma de escolherem e tornarem realidade suas decisões, que poderão ser mais ou menos bem-sucedidas na promoção do desenvolvimento. Por sua vez, o sucesso das instituições na promoção do desenvolvimento depende da medida em que elas conseguem oferecer possibilidades de solução para os conflitos e incentivar a cooperação, sem que o desenvolvimento enfrente grandes obstáculos. As instituições devem realizar a tarefa de promover a cooperação e reduzir o conflito em um ambiente de desenvolvimento econômico, que é um ambiente de transformações e mudanças profundas.

Rio Paraíso é o nome da fazenda de 26 mil hectares de propriedade de um grupo italiano, dos quais 11.910 hectares foram considerados improdutivos, mas só 5.600 hectares foram negociados pelo INCRA. No dia 27 de agosto de 1989, o assentamento foi legalizado e denominado de Rio Paraíso. Este assentamento é pólo de atração de pelo menos um outro contíguo, o Água Bonita (na margem oposta do Rio Doce), cujos moradores se beneficiam dos recursos de infraestrutura oferecidos por aquele, tais como: posto médico e dentário, escola, supermercado e cooperativa (QUINTEIRO, 2003).

Após o assentamento rural Rio Paraíso, em 2000, o município de Jataí apresentou uma taxa de 2,17% de crescimento anual. No entanto, os municípios vizinhos apresentaram taxas



maiores, como Rio Verde, com 3,75%; Perolândia, com 11,40%; Mineiros, com 3,61% e Portelândia, com 4,08% (QUINTEIRO, 2003). E ainda de acordo com Quinteiro,

Essas taxas podem indicar que a região constitui-se num pólo de atração para as migrações internas, pois esse crescimento deve-se prioritariamente ao incremento migracional, tendo em vista que lá, como no restante do Brasil, as taxas de fecundidade são declinantes. Tanto é que os assentados do Rio Paraíso, cuja média de idade é cerca de 45 anos, mantiveram-se na média de 2,5 filhos por família, muito menos que os seus pais com 5, 8, 9, 10, 13 filhos. Jataí, em 01 de agosto de 2000, ocasião do censo demográfico, tinha uma população de 75.417 indivíduos, 49,88% homens e 50,12% mulheres, distribuídos cerca de 91,20% na sede urbana do município e apenas 8,80% na área rural. Essa distribuição acompanha a tendência brasileira de quanto menor a população, maior é a proporção da população rural, favorecendo um maior equilíbrio entre ambas populações, como em Perolândia e Portelândia. À medida que aumenta a população, maior é a sua concentração na área considerada urbana, como em Rio Verde e Mineiros (QUINTEIRO, 2003, p. 161).

A propósito, a distribuição espacial entre população urbana e rural vem sendo questionada (VEIGA, 2001 apud QUINTEIRO, 2003), pois é delimitada pela atividade estritamente agropecuária, e o que se observa é uma permeabilidade entre os setores da economia, independentemente da sua localização nos perímetros mencionados.

No assentamento esse fenômeno vem se verificando, haja vista os trabalhadores do escritório da cooperativa, do supermercado, do posto de saúde, da oficina mecânica, da pequena fábrica de rapadura, açúcar mascavo e cachaça, dos serviços de transporte interno oferecido por alguns dos assentados, além de muitos conciliarem os trabalhos da parcela de terra com atividades na chamada zona urbana, na cidade. Dos 6.996 indivíduos que residiam na área rural de Jataí, em 2010, aproximadamente 15% encontram-se no assentamento rural Rio Paraíso (IBGE, 2014).

A reforma agrária em pauta, se observada da perspectiva qualitativa, é vista como um processo social de reformulação e também de consolidação das mentalidades e das relações sociais a partir do acesso à terra. “Estes pressupostos requerem para sua concretização a ressocialização dos sujeitos, isto é, a aprendizagem, ou o fortalecimento, de um modo de vida ancorado muito mais na pertinência de objetivos, como na ética do ‘trabalhador’, do que na provisória do ‘aventureiro’” (HOLANDA, 2002 apud QUINTEIRO, 2003, p. 161).

Portanto, a participação do Estado brasileiro foi significativa, na questão dos assentamentos rurais. Assim, para consolidar a agricultura moderna, houve incentivos fiscais, crédito agrícola, subsídios à exportação e investimentos em infraestruturas, como eletrificação rural, construção de rodovias pavimentadas e não pavimentadas, implantação de sistemas de beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas. Todos esses fatores possibilitaram o

avanço do setor agrícola pelo estado de Goiás e também no assentamento Rio Paraíso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária brasileira tem estado presente na pauta das políticas de Estado de todos os governos. As mudanças no contexto político e econômico do país, a ampliação do debate social sobre esse tema e a sua presença na agenda política do poder público, aliados à constante mobilização e à pressão dos movimentos sociais, provocaram grande impulso nessa luta, principalmente pela implementação de diversos assentamentos rurais na década de 1990, sendo que o governo brasileiro que mais investiu em projetos de reforma agrária, foi o de Fernando Henrique Cardoso.

Entretanto, a criação dos assentamentos rurais tem desafiado a esfera local do poder público, na medida em que a ela cada vez mais dirigem reivindicações ligadas principalmente à infraestrutura básica, relacionadas à construção ou melhorias de estradas, saúde e educação e condições para escoamento da produção.

No município de Jataí, localizado no sudoeste de Goiás, o Rio Paraíso é tido como assentamento modelo e ponto de referência, para outros assentamentos da região, no entanto, alguns aspectos qualitativos, devem ser melhorados, quais sejam: a implantação da unidade de secagem e armazenamento de grãos, dentro do assentamento; disponibilização de um volume maior de crédito aos assentados. Deve-se estender o atendimento educacional até o Ensino Médio, pois com esta medida, os alunos desse nível de ensino não precisarão deslocar todos os dias para a cidade. Apesar de existir um Posto de Saúde, no assentamento, não há um médico para atender aos assentados, há apenas uma enfermeira que aplica vacinas, presta os primeiros socorros e encaminha os pacientes para o hospital mais próximo.

## REFERÊNCIAS

FREITAS, S. S. **A modernização do campo e a problemática da terra vistas através dos jornais de Uberlândia, MG, 1977-1979.** 2005. Disponível em: <<http://www.prop.ufu.br/revistaeletronica>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Territorial do Brasil.** Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2013**. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2014**. Brasília, 2014.

IMB. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB. **História de Jataí**. 2016. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

INCRA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

MATOS, P. F. Modernização agrícola e a re-organização do espaço agrário nas áreas de Cerrado. **Mediação**, Pires do Rio, GO: Gráfica Pires do Rio, v. 2, n. 2, p. 97-108, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e a agricultura**. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (Coord.). **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, p. 45-67, 2002.

QUINTEIRO, M. C. Rio Paraíso, o paraíso conquistado. In: MARTINS, J. S. (Coord.). **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamento**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, cap. 4, p. 159-201, 2003.

SANTOS, M. A evolução recente da população urbana, agrícola e rural. In: \_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, p. 31-36, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Brasil: território e sociedade no início do século XX**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

STRAZZACAPPA, C.; MONTANARI, V. **A questão das terras no Brasil: das sesmarias ao MST**. São Paulo: Moderna, 1999.